

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 25 de julho de 2017

Apresentação

A reunião do Conselho Municipal de Cultura do Porto realizou-se a 25 de julho de 2017, nos Paços do Conselho, às 18 horas e foi presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui de Carvalho de Araújo Moreira e secretariada pela Dr.ª Rita Ramalho, a qual fez a leitura do auto da tomada de posse dos membros do Conselho.

Participantes – Representantes de instituições

Presidente da Câmara Municipal do Porto

Rui de Carvalho de Araújo Moreira

Diretora Municipal de Cultura e Ciência

Mónica Guerreiro

Representante da Academia Contemporânea do Espetáculo Teatro do Bolhão

Pedro Aparício

Representante da Árvore Cooperativa de Atividades Artísticas

António Manuel Rocha Moreira

Representante do Balletatro Escola Profissional

Manuela Barros

Representante da Casa da Música

António Jorge Pacheco

Representante do Coliseu Porto

Eduardo Paz Barroso

Representante do Conservatório de Música do Porto

António Moreira Jorge

Representante da Direção Regional de Cultura do Norte

António da Ponte

Representante da Escola Artística Soares dos Reis

Susana Afonso

Representante da Escola das Artes da Universidade Católica

Laura Castro

Representante da Escola Superior Artística do Porto

Eduarda Neves

Representante da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo

António Augusto Aguiar

Representante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Carlos Guimarães

Representante da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

José Carlos Paiva

Representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto Orfeu

Orfeu Bertolami

Representante da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Fernanda Ribeiro

Representante da Fundação de Serralves

Ana Pinho

Representante da Fundação Manuel António da Mota

José Manuel Mota Neves Costa

Representante da Santa Casa da Misericórdia do Porto

António Tavares

Representante do Teatro Nacional São João

Sandra Martins (em representação de Francisca Carneiro Fernandes)

Representante do Teatro de Marionetas do Porto

isabel Barros

Representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal nos termos do artigo 3.º, n.º 1 do respetivo regulamento do Conselho Municipal da Cultura do Porto: Alexandra Balona de Oliveira, Alexandre Alves Costa, Ana Luísa Amaral, Catarina Miranda, Daniel Pires, Gabriela Vaz-Pinheiro, Gonçalo Amorim, Joaquim Moreno, Joel Cleto, Luísa

Sequeira, Manuela Matos Monteiro, Miguel Guedes, Nuno Centeno, Paulo Vinhas, Regina Guimarães, Rui Lage, Susana Ralha, Vânia Rodrigues. Manifestaram a sua impossibilidade de comparência Carla Miranda e Manuel Cruz.

Ausentes: Carla Miranda e Manuel Cruz

Abertura

O Senhor Presidente saudou e deu as boas-vindas a todas as senhoras e senhores do Conselho Municipal de Cultura. De seguida, iniciou a sessão com a referência de que o Conselho Municipal da Cultura foi criado no corrente ano, por proposta do Vereador do PSD Ricardo Almeida, a qual foi incorporada no plano municipal e, depois, aprovada em Reunião de Câmara e em Reunião da Assembleia Municipal.

Como primeiro ponto da ordem de trabalhos, solicitou a todos os membros que procedessem à tomada de posse cuja leitura do auto – Anexo I – foi realizada por Rita Ramalho.

Itens da agenda

1. Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Cultura do Porto, nos termos do disposto no artigo 3.º do Regulamento do Conselho aprovado por proposta do executivo municipal de 27 de junho de 2017 – aprovado por unanimidade (ninguém se absteve ou votou contra).
2. Aprovação do regulamento do Conselho Municipal de Cultura.
3. Apresentação do projeto cultural para o quadriénio 2013-2017, para debate e discussão.
4. Discussão dos futuros desafios do Conselho Municipal de Cultura do Porto.

Comunicações

Rui Moreira

- I. Começou por fazer o agradecimento aos participantes pela aceitação de todos ao convite para integrem o Conselho e, também, pelo rigor da pontualidade que preza.
- II. Fez uma nota introdutória sobre a igualdade de género alcançada neste Conselho e a qualidade dos seus representantes (escolhidos pelo Presidente e aprovados em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, mas que por força de mudanças políticas poderão ser alterados no futuro).
- III. Solicitou aos conselheiros a aprovação do regulamento do Conselho e que elaborassem considerações sobre a mesmo.
- IV. Apresentou para discussão e debate o documento que elaborou, evitando considerações de natureza política que não as do foro da política cultural, relativo a apreciações sobre o mandato 2013-2017, designadamente abordando os desafios e oportunidades futuras.
- V. Fez referência ao projeto cultural para o quadriénio 2013-2017, o qual teve como objetivo prioritário restaurar a relação dos agentes com a política cultural municipal e, em paralelo, a relação da própria estrutura camarária com a cultura contemporânea local, nacional e também internacional.
- VI. Mencionou que, passados mais de dez anos de ausência de projeto cultural municipal, o contexto encontrado pelo atual Executivo foi de uma estrutura orgânica muito empenhada, mas com muitas fragilidades, tais como: i) desabituada a processos de cultura; ii) impreparada para compreender o setor e trabalhar a partir das ferramentas técnicas e conceptuais do setor cultural de hoje; iii) entendida como um setor divorciado da Câmara, do qual muitos de presentes fazem parte; iv) fustigada e debilitada em muitos sentidos, principalmente no seu tecido mais jovem.
- VII. Declarou a necessidade de constituir uma equipa administrativa transversalmente especializada na prática cultural e nas vicissitudes do que é hoje uma Câmara Municipal.
- VIII. Propôs como meta a cumprir, ao longo do primeiro ano de mandato, a necessidade de comunicar o projeto e explicar à cidade um modelo de vereação aberta, dialogante e atenta ao património cultural municipal e não municipal, contemporâneo e não contemporâneo. E ressaltou, acima de tudo, uma ideia de cultura desafiante e acessível a todos, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista geográfico – dentro da cidade, mas também para todos os que a frequentam.
- IX. Fez referência ao processo gradual de como decorreu e cresceu a implementação do projeto, ora planeado ora não, de forma orgânica e natural, indo ao encontro dos novos desafios, sem ser rígido e ganhando novas preocupações, fórmulas e prioridades: – Só assim foi e é possível acompanhar a criação contemporânea, o crescimento do sector e o interesse cultural dos públicos, em toda a sua espontaneidade e em toda a sua diversidade.

- X. Mencionou os seguintes sete principais objetivos traçados progressivamente para os quatro anos de mandato, os quais considera terem sido cumpridos:
- 1º. Reativar e requalificar a missão cultural do município nos seus espaços públicos municipais, contemporâneos e não contemporâneos, com programas próprios e coproduções com parceiros, justificando que foi assim que nasceram alguns programas, tais como: i) *Um Objeto e Seus Discursos* (semanal) ou a *Feira do Livro do Porto* no seu atual formato, nos Jardins do Palácio; ii) a reabertura de palcos municipais como o Rivoli ou de espaços como a Galeria Municipal, cuja missão se alargou a outros espaços expositivos (por exemplo, nos Paços do Concelho e no piso sétimo do Gabinete do Município; iii) as iniciativas curatoriais e programáticas nos mais diversos espaços municipais, acompanhadas por uma sistemática dinâmica de produção editorial e ensaística sobre os projetos desenvolvidos; iv) o projeto de requalificação do Museu da Cidade (lançado recentemente e cujos polos vão reabrir, progressivamente, até ao final do ano); v) a decisão de reativar o Cinema Batalha, tomada no último ano deste mandato.
 - 2º. Contribuir para que o Porto se destaque a nível nacional e internacional como uma cidade particular no âmbito da criação e do consumo artístico em diversas disciplinas e nos campos da cultura e da arte, através da figura das coproduções em espaços municipais, apoios a festivais, programas e atividades associativas do sector, ou através de ferramentas de disseminação artística promovidas pelo município com o objetivo de potenciar agentes locais (como a plataforma de residências artísticas *Inresidence Porto*).
 - 3º. Reconhecer todo o território no pensamento sobre a cultura e toda a cidade na sua vasta diversidade, social e territorial e no desenvolvimento do seu projeto cultural, nomeadamente através de programas que envolvam artistas contemporâneos na valorização sociocultural de zonas fora dos grandes centros da cultura (tal como acontece com o *Programa Cultura em Expansão*).
 - 4º. Sistematizar formas de apoio e de relação com agentes que potenciem a criação de novos públicos permitindo a criação de novas oportunidades culturais e de novas consciências sobre a valorização cultural da cidade. São exemplo desta política a plataforma *Pláka*, criada em 2017 e que sistematiza a política de apoio às artes visuais, a criação de um apoio em rede às salas de cinema do centro da cidade (nomeadamente com o cartão *Tripass* e o financiamento direto às salas de exibição) e a *Agenda do Cinema Independente*.
 - 5º. Criar relações e projetos culturais de âmbito intermunicipal (como acontece com o *Festival Dias da Dança* ou o *Open House Porto*), exposições como a que dedicamos a Aurélia de Sousa (com o Município de Matosinhos; iniciativas como a lançada, hoje, com outros nove municípios do Norte, para a valorização dos Caminhos de Santiago. Também, as relações de âmbito transnacional, como aconteceu com cidades como Bordéus, Corunha ou Tours.
 - 6º. Dotar os agentes de ferramentas de ação e criação que lhes permitam escolher e preferir o Porto como território de criação artística – por exemplo através do programa *Criatório*.
 - 7º. Tornar a cidade atrativa para que nela se concentre e/ou para a ela convirja o que melhor se pensa, descobre, analisa e projeta em iniciativas – por exemplo, as conferências do grande festival anual de pensamento que é o *Fórum do Futuro* (outra iniciativa programática criada por Paulo Cunha e Silva e à qual se tem dado continuidade).
- XI. Comunicou que os planos para o futuro dependerão de quem vencer as eleições e formar governo na cidade. Sobre tal, manifestou a esperança de que os novos caminhos reforcem o lugar do Porto como cidade singular no campo da criação e do consumo cultural, independentemente dos resultados eleitorais.
- XII. Aludiu à notícia das últimas semanas sobre a determinação de se criar uma nova Empresa Municipal, a qual só poderá estar concretizada em finais de 2017, na melhor das hipóteses e permitirá o seguinte: i) ganhar solidez e escala na execução das políticas para as artes cénicas e visuais, incluindo o cinema; ii) desenvolver com *know how* próprio nas valências de angariação de financiamentos e apoios que permitirão à cultura continuar a ter um ritmo de crescimento sustentado e sustentável; iii) combater a precariedade laboral que, contra o nosso desejo, ainda existe nos nossos serviços de cultura, a qual não poderemos combater a não ser através desta ferramenta na medida em que as câmaras municipais estão impedidas de alargar o seu quadro de pessoal (mesmo as Câmaras como o Porto, que no último ano reduziu o endividamento em cinquenta por cento, estão interditas por lei de fazer contratações de pessoal).

Rui Lage

Referiu que foi positivo o balanço do mandato a terminar, com base nos seguintes pontos: i) a escolha do Paulo Cunha Silva para a Vereação da Cultura que veio dignificar a política autárquica para a cultura, dado que esta passou a ter um papel central na política municipal e uma função radial (ou seja, a cultura como uma espécie de substrato comum que coloca em comunicação as várias áreas de intervenção municipal e, ao mesmo tempo serve de argamassa identitária); ii) o empenho demonstrado por chegar às populações e territórios mais desfavorecidos.

Solicitou que não sejam proteladas as medidas anunciadas relativas à *Fonoteca* (em Campanhã) e à instalação de um novo pólo de arte contemporânea no palacete Ramos Pinto (Parque São Roque da Lameira), uma área que foi sempre secundarizada e subalternizada na cidade.

Mencionou a importância da valorização da história do Porto – a transmissão da história do Porto e da história do povo do Porto, como uma questão identitária – e sugeriu que se repensasse sobre o extinto o Museu de Etnografia e História do Porto, o qual estava instalado no Palácio de São João Novo e adormeceu por incúria e incompetência absolutamente chocantes.

Fez referência ao projeto do Siza Vieira para a Avenida da Ponte, o qual considera ser um pouco desproporcionado, ou demasiado impositivo até a nível visual.

Manifestou discordância relativamente ao conceito de Museu da Cidade integrado, um conceito policêntrico que, no fundo, faz uma soma aritmética de vários museus que foram pensados de forma autónoma e independente na cidade.

Expressou agrado e concordância com a possibilidade de vir a ser criado um polo museológico dedicado à história da cidade no antigo reservatório de água do Parque da Pasteleira – uma solução feliz, feita à dimensão da memória do Porto.

Fez referência aos desafios futuros, com base em três notas: 1º Considera que o Município não pode correr o risco ou ceder à tentação de se concentrar excessivamente na programação cultural e de se tornar excessivamente um ator ou um produtor de cultura. Isto é, deve preocupar-se, sobretudo, em dialogar com os atores e agentes locais e proporcionar-lhes mais e melhores condições para que possam concretizar os seus projetos e ideias. 2º Considera importante intensificar a presença da literatura na política municipal, para além daqueles acontecimentos sistemáticos como a *Feira do Livro* ou as *Quintas de Leitura* (citou o desaparecimento da Fundação Eugénio de Andrade; citou que o Porto chegou a ter o Museu Nacional da Literatura que nunca foi formalmente extinto). 3º Considera importante que não se descure a oferta cultural em função da explosão do turismo que o Porto está a experienciar nos últimos anos (apresentou o exemplo de muitas cidades da Europa que estão a estruturar as políticas para a cultura como uma espécie de mini-ministérios cuja vantagem é conseguirem uma maior proximidade das Câmaras municipais dos agentes locais e suas particularidades).

Rui Moreira

Agradeceu o contributo e fez os seguintes esclarecimentos: i) Informou que o Palacete Ramos Pinto se trata de uma cedência que foi feita a uma associação dirigida pelo conhecido Pedro Álvares Ribeiro, no pressuposto de que vai fazer as obras (estando em fase de projeto que terá de ser aprovado por um conjunto de entidades) para albergar a sua notável coleção e outras – há a garantia de vai ser um espaço visitável e, recentemente, houve uma reunião em que foi apurado que o projeto tem financiamento garantido e está em andamento; ii) informou que a Fonoteca se trata de um acordo muito recente.

Guilherme Blanc

Comunicou que a Fonoteca parte de uma relação com os promotores num espaço concreto que se chamará de Plataforma de Campanhã, na Rua Pinto Bessa – um projeto municipal feito em coprodução, pelo que o seu nascimento dependerá da localização e do início do funcionamento do espaço – a previsão é que inicie atividade em finais de 2017; o contrato de coprodução com a entidade já está em desenvolvimento.

Rui Moreira

Fez esclarecimento sobre os seguintes pontos abordados: i) Garantiu que se está a deslocalizar o acervo da biblioteca para o espaço da Fonoteca; ii) Concordou com a ideia de que o Museu da História do Porto é importante e informou que já foi encontrado um espaço para tal, no reservatório da Pasteleira; iii) Apoiou a ideia da valorização da história da cidade, comunicando que esta está a ser concretizada pelo projeto museológico Rio de Vila e, também, pelo polo de Campanhã, onde vai ser instalado o Museu da Indústria, integrado no programa do Matadouro Municipal; iv) Deu a previsão da existência, num futuro breve, de um conjunto de polos, no âmbito da afirmação da *Cultura em Expansão* cuja localização não ficará restrita aos locais mais óbvios; v) Referindo-se à memória rural, afirmou que, para além do pequeno polo no Parque da Cidade, não existe mais nada de significativo, daí a proposta de desenvolvimento do Parque Oriental, com a reabilitação do Rio Tinto (em conjunto com Gondomar) em curso e que mais do que musealizar, permitirá que este tipo de atividades permaneçam nos locais de origem; vi) Mencionou que as recentes propostas do *Criatório* ou do *In Residence*, no âmbito do *Pláka*, são um modo de atenuar o risco de se cair na tentação de um afastamento entre o município e os atores e agentes locais.

Guilherme Blanc

Referiu o *Criatório* como um passo enorme da estratégia e projeto cultural do atual Executivo – um investimento de cerca de trezentos mil euros de investimento direto canalizado para a criação contemporânea de projetos artísticos para a cidade, avaliados por um júri do qual a CMP já teve participação, mas que passará a ser completamente autónomo. Sobre o *In Residence* Porto, informou ser um projeto de escala menor, mas de matriz semelhante ao *Criatório*, em que a CMP cria bolsas para residências artísticas e atribui um montante financeiro a espaços que têm perfil, sem assumir particular intervenção.

Mencionou que a Galeria Municipal assume um modelo misto, ora comissariado pela CMP ora resultante do diálogo e coprodução com outros projetos que são propostos – citou os exemplos das exposições (algumas propostas, como recente a do Paulo Mendes) e da Feira do Livro (comissariada pela CMP, mas que parte de uma ideia projetual e de um convite feito a quatro curadores para colaborar).

Fez referência à *Cultura em Expansão* como um modelo misto – há projetos internamente pensados, desenvolvidos e concretizados e há outros que são propostos externamente (citou o exemplo do projeto do Cineclubes Nómada, de Regina Guimarães, financiado a cem por cento desde o primeiro ano).

Rui Moreira

Abordando a questão da literatura, mencionou: i) Que a *Feira do Livro* é muito diferente da anterior e não se pode limitar à venda de livros, dado que se pretende dar a este evento uma dimensão alargada de festival literário, cinema, música, etc; ii) Que *As Quintas de Leitura* é um dos bons exemplos a manter; iii) Que estão a ser avaliados os projetos do Círculo Literário Agustina Bessa-Luís (que pretende desenvolver um projeto trienal no Porto como cidade literária) e da ação da Fundação Eugénio de Andrade, apesar de problemática. Numa referência à música contemporânea, disse que, à semelhança da literatura, também existe obrigação de ir mais longe no seu âmbito, quer pela parceria com a Casa da Música, quer através de mais programas coordenados e de coprodução com agentes da música na cidade. Focou, ainda, a questão do turismo e da padronização como um risco de se criar uma agenda cultural mais virada para o turismo, à semelhança de outras cidades europeias, algo para o qual a CMP estará atenta.

Guilherme Blanc

Mencionou o exemplo da cidade de Veneza e o estudo da BDO, consultado no âmbito da criação da futura empresa da cultura, cuja primeira versão partiu da dimensão turística da cidade e que, contudo, sofreu uma adaptação por se considerar irrelevante tal aspeto para a sua efetiva concretização, no Porto.

Rui Moreira

Comunicou que não se pretende utilizar a forma de empacotamento do tipo “cultura Nestlé” que sabe à mesma coisa em qualquer país do mundo – essa é a tentação perigosa de seguir receitas, correndo-se o risco de se gerarem meros instrumentos culturais de parques de diversões.

Fernanda Ribeiro

Abordou o exemplo da Faculdade de Letras, a qual criou, recentemente, o Centro de Estudos da Cultura em Portugal que se vai instalar num edifício da Rua do Campo Alegre (em recuperação; projeto do arquiteto Alves Costa e do arquiteto Sérgio Fernandez). Explicou que este projeto em torno da literatura vai acolher a Biblioteca de Vasco Graça Moura e outros acervos, mas o objetivo não é que seja um mero depósito ou arquivo documental, mas um projeto aberto à cidade, à investigação, sediando e valorizando acervos sobre âmbito literário. Fez referência à Fundação Eugénio de Andrade como um projeto com interesse para a cidade e deu nota do importante papel de trabalhar em rede no âmbito da dinamização de roteiros de escritores – por ex. exemplo, os contactos já efetuados pela FLUP com Dr. António Ponte e com a Secretaria de Estado da Cultura para organizar atividades conjuntas, ou a vontade de trabalhar em parceria com o município para que o espaço seja aberto à cidade e potencie a dinamização da literatura.

Rui Moreira

Fez anuência à parceria do município com a FLUP e fez votos que esta seja revigorada no próximo Executivo, para que a literatura não fique apenas ligada às efemérides da vida de escritores.

Carlos Guimarães

Referiu que as atividades culturais no Porto tiveram, felizmente, uma evolução absolutamente fantástica nos últimos anos, dado que a cidade e a área Metropolitana dispõem agora de um conjunto de instituições notáveis e com uma imensa capacidade de produzir, atrair e de colaborar entre si. Mencionou, ainda, o importante papel da Câmara Municipal do Porto na administração da vida da cidade, por exemplo ao fazer a articulação entre as várias iniciativas de diferentes instituições, algo que permite que decorram dois acontecimentos no mesmo dia à mesma hora. Uma evolução multifacetada a que a cidade tem vindo a assistir, com uma capacidade fantástica de realização e produção de atividades culturais.

Rui Moreira

Abordou a colaboração Metropolitana, referindo:

1. O sucesso da relação com municípios mais próximos, como Matosinhos e Vila Nova de Gaia, parte do entendimento de que há vantagens para todos que o Porto seja mais conhecido internacionalmente. Sobre tal questão, citou alguns dos exemplos de sucesso: i) *Open House* proposto ao Porto, ainda no tempo do Paulo Cunha e Silva e que manifestou vontade de o alargar a Gaia; ii) *DDD- Festival Dias Da Dança*, também aberto aos três municípios; iii) *Bienal de Design* que será realizada com Matosinhos.
2. O exemplo falhado do caso do Coliseu, que sendo um equipamento de dimensão metropolitana com três sócios fundamentais (Ministério da Cultura, Área Metropolitana e CMP), não obteve dos outros municípios qualquer envolvimento, para além destes terem participado na escolha do Eduardo Paz Barroso. Sobre este exemplo, referiu-o como sendo o caso em que foi mais mal interpretado, mas no qual, essencialmente, procurou transmitir a grande dimensão metropolitana deste espaço, dado que muitas das pessoas que o frequentam não são do Porto, mas da Área Metropolitana.
3. Um exemplo a salutar sobre a relação com os municípios é a Fundação de Serralves, pelo âmbito alargado que conseguiu atingir e que vai até para além da área metropolitana.
4. Os *Caminhos de Santiago*, do qual o Porto faz parte, não sendo o líder, é outro exemplo e une dez municípios.
5. A *Frente Atlântica*, com Matosinhos e com Gaia, também é outro excelente exemplo nesta área.

Manuela Matos Monteiro

Como porta-voz de uma série de pessoas e instituições ligadas à fotografia, sugeriu a criação de um polo aglutinador em torno da fotografia que agregasse Matosinhos e Gaia e desenvolvesse anualmente um conjunto de atividades, cursos e exposições com o Centro Português de Fotografia e outros parceiros, de modo a pôr a fotografia no mapa das iniciativas culturais da Câmara.

Rui Moreira

Elogiou e asseverou a continuidade de apoio ao Espaço Mira que considera ser o oposto do caso do Centro Português de Fotografia, tendo em conta a enorme oportunidade em termos de programação, de curadoria

e de coleção permanente, e não está a funcionar plenamente. Manifestou concordância com a necessidade de fazer mais e melhor pela fotografia.

António Moreira Jorge

Fez a ressalva de que, no diz respeito à cultura e independentemente do contexto político, quer na política cultural da cidade, quer no relacionamento da própria Câmara com as instituições, há claramente um *antes* e um *depois* deste mandato: – Não se trata apenas de subsídios ou de financiamentos, mas do diálogo e do projeto de trabalho realizado com metas para o futuro abrangentes para toda a cidade e não apenas para as zonas mais privilegiadas. Solicitou mais esclarecimentos sobre o processo da Cinemateca no Batalha.

Rui Moreira

Relativamente à zona oriental, respondeu que este assunto ficará para o próximo Executivo definir, por uma questão de neutralidade relativamente ao futuro. Sobre a Cinemateca, esclareceu que esta passou por uma tentativa de compra do espaço aos proprietários do Cinema Batalha, os quais entenderam que não queriam vender o património. Portanto, optou-se por fazer um contrato de aluguer do cinema que foi um processo moroso. Quanto à polémica que existe no citado processo, informou que esta se prende com a dificuldade da Cinemateca em libertar o espólio, ao alegar que o Porto não tem condições, algo que levou o Executivo a fazer várias diligências com Ministro da Cultura vigente e também com o anterior (com o objetivo de mostrar que a Cinemateca é um equipamento nacional, pelo que o espólio pode vir para cá, tendo em conta o que investimos e dado que temos boas condições para o acolher).

Luísa Sequeira

Referiu que a Cinemateca não tem os direitos autorais da maior parte dos filmes e que esta essencialmente preserva os filmes (tanto que hoje em dia se solicitarmos um filme, este pode vir em digital), pelo que não é preciso vir em película. Por isso, o arquivo é realmente nosso e qualquer pessoa pode lá ir ao ANIME.

Guilherme Blanc

Acrescentou que o problema da Cinemateca Portuguesa se prende com as cinematografias internacionais. Trata-se de uma postura cega, ao alegar incontornavelmente questões de conservação e questões técnicas que obviamente existem com as películas em estado de conservação muito delicado, mas não com todas. Tal evitaria que, por exemplo, no âmbito do programa com a Medeia que fazemos na Feira do Livro, tivéssemos de solicitar os filmes ao British Film Institut ou às cinematecas internacionais, belga, francesa que nos fazem pagar valores exorbitantes pelas películas.

Alexandre Alves Costa

Referiu que é preciso agilizar o processo e definir as condições de projeção: celulóide e/ou digital, pois são completamente distintas. Isto é, são necessárias duas cabines – uma para a sala grande e uma para o estúdio, com condições de segurança e áreas completamente diferentes. Acrescentou, também, que alguns destes filmes em celulóide estão em muito más condições de projeção e se existem cópias digitais restauradas de muitos com melhores condições será preferível essa opção: – O museu está em Lisboa e os filmes só devem sair em condições muito especiais, sendo claramente necessário abandonar a tecnologia de celulóide.

Rui Moreira

Concluiu que o projeto tem de ter capacidade de projeção em celuloide dado que é o que está previsto, pelo que não faz sentido ter só o digital, Sobre tal, afirmou estar convencido de que este assunto se resolverá.

Eduardo Paz Barroso

Mencionou que é absolutamente impensável que uma reabilitação como a que está pensada para o Batalha não tenha condições para a projeção em celuloide – Cita dois exemplos: i) O João Bénard da Costa (do antigo projeto da Casa do Cinema Manoel de Oliveira) dizia que o realizador fazia questão absoluta de tal para aquele espaço; ii) O Henri Langlois usava o mesmo argumento de só cederem filmes, em condições especiais, se houver condições efetivas para os projetar em celuloide.

Vânia Rodrigues

Comunicou ser uma honra fazer parte do Conselho e referiu que este Executivo deu sinais que revelam: i) a capacidade de restaurar a normalidade; ii) a necessidade de tempo para criar e dinamizar relações de colaboração mais amplas. Relativamente à questão do excesso de cultura, disse que não há que ter receio nesta fase, pois a política de comunicação da câmara dá mais visibilidade à diversidade do que se passa na cidade e há uma maior noção acerca do que são os públicos hoje face ao que eram (bilhetes comprados, o que vão ver, como se deslocam, como é a geografia da Cultura em Expansão, etc.) – o Porto tem, neste momento, um protagonismo importante na cultura a nível nacional.

Regina Guimarães

De regresso à questão do cinema e à disponibilização no Batalha de equipamento para projeção em película, considerou que tal não tem nada a ver com o cinema internacional, mas sim com o cinema português, porque os filmes que estão depositados no ANIME pelos autores portugueses não são propriedade da Cinemateca, estão ali à guarda do ANIME. Para fazer viver essa quantidade enorme de filmes feitos em Portugal nada melhor do que poder, de vez em quando, apesar de tudo, projetá-los em celuloide – a projeção em celuloide é moeda de troca para relações internacionais – a Cinemateca já foi extremamente rica, mas agora atravessa uma crise difícil e está a usar a política de não quer partilhar o poder que lhes é conferido, por ser o único organismo em Portugal a lidar com um potencial que representa muito dinheiro. Retomando a questão da literatura, chamou a atenção para a resistência das pequenas editoras, um contexto em que o Porto é a segunda cidade do país, dando conta da necessidade importante de se criarem condições para o acesso aos livros que são editados por essas pequenas editoras.

Rui Moreira

Em resposta à Regina Guimarães, informou que é preciso pensar na questão da produção livreira como um tecido económico importante da cidade. Para tal o Teatro Campo Alegre poderá ser o polo, dado que já existe alguma experimentação, nomeadamente com as *Quintas de Leitura* e os cafés literários – uma questão crucial para a empresa municipal, sobretudo porque colide com as limitações da contratação pública.

Gabriela Vaz-Pinheiro

Agradeceu a honra do convite e levantou a seguinte questão: As pessoas que fazem parte do Conselho estão impedidas de produção cultural ou de se candidatarem aos programas do município?

Rui Moreira

Informou que não há conflito de interesses entre a produção cultural e as candidaturas a programas.

Ana Pinho

Agradeceu o convite em nome pessoal e da Fundação de Serralves e aclamou a criação do Conselho por ser de grande utilidade para as instituições de diversa natureza na área da Cultura, maiores e mais pequenas: – A prova disso são as questões pertinentes já abordadas nesta primeira reunião.

Miguel Guedes

Agradeceu o convite e sobre o tema “música” fez anuência com que foi dito pelo Presidente. Isto é, que há muito a fazer, mas que algumas destas ações até são relativamente fáceis de serem concretizadas pelos agentes culturais e pelos artífices da arte. Por exemplo, promover a ligação entre as salas de ensaios e as pessoas, através de polos como o Matadouro e o que surgirá em Campanhã para derrubar esta espécie de muro de Berlim que existe culturalmente entre a parte oriental e ocidental da cidade. Referiu, ainda, a importância do projeto do Sá da Bandeira e a aprovação da Empresa Municipal para a Cultura.

Rui Moreira

Indicou o Teatro Sá da Bandeira como um excelente instrumento, mas considera que não vale a pena despende muita energia a pensar sobre o seu futuro, dada a fase pré-eleitoral.

Fez referência ao exercício de opção de compra que a CMP tem e através do qual é notificada sempre que um imóvel é transacionado no contexto do território Porto Património Mundial da Humanidade, muito

embora nunca antes tenha sido utilizado. Pelo contrário, informou que o que se verificou é que o anterior Executivo optou por vender maciçamente os equipamentos. Sobre este assunto, fez a ressalva de que o momento decisivo foi a aquisição do antigo CRAT, onde irá instalar-se o futuro Museu do Vinho do Porto, comunicando: – Percebemos nas hastas públicas do anterior Executivo, ainda com o Paulo Cunha e Silva, que este edifício era o último à face do rio que a Câmara Municipal do Porto tinha; logo não o se podia vender. E, na sequência de tal, foi dada indicação para se retirar da hasta pública tudo aquilo que vinha de uma lista enorme do anterior mandato sobre vendas de património municipal inseridas no centro histórico. Ou seja, a primeira decisão foi não vender; a segunda decisão foi começar a fazer um levantamento exaustivo da situação desse património, recorrendo ao tempo do CRUARB e aos ativos que ficaram da extinta Fundação do Centro Histórico, um trabalho que preocupou o Executivo e que foi realizado por mim, pelo Manuel Pizarro, pelo Paulo e pela Guilhermina Rego. Sem criticar as opções políticas que foram tomadas em função de situações conjunturais absolutamente diferentes, criámos uma equipa muito ágil que, rapidamente, fez avaliações técnicas dos imóveis, dado que a CMP tem apenas dez dias para se pronunciar sobre o interesse ou não interesse dos imóveis. A partir daí deparamo-nos com um problema muito grande de especulação imobiliária, dado que, quando decidimos pelo direito de opção, o vendedor diz que afinal se enganou no preço e o inflaciona, o que acaba por resultar em enganos e em pedidos de pareceres do Tribunal Administrativo e Fiscal.

Voltando ao assunto do Teatro Sá da Bandeira, mencionou que este interesse surgiu com a venda repentina do imóvel a 2 100 mil euros, algo que suscitou a necessidade de mandar fazer uma avaliação que, considerando o ónus de haver lojas com contratos de arrendamento, apontou para o valor de 2 169 mil euros. Em função deste contexto, informou que só se avançou para a opção de compra depois das seguintes diligências: i) verificar qual a liquidez do fundo para indemnizações disponível no orçamento; ii) obter o parecer favorável das Finanças da CMP; iii) confirmar na DRCN, através do António Ponte, se o imóvel era classificado; iv) certificar se o imóvel era de interesse municipal, dado que, caso contrário, poderia ser vendido e, conseqüentemente, destruída a sala. Logo, esta resultou numa compra aprovada por unanimidade na reunião de Câmara, na Assembleia Municipal e, também, pelo Tribunal de Contas (uma medida que fragiliza o direito de opção em termos legais, pela demora que implica), o que originou os seguintes entraves: 1º Um impedimento jurídico respetivo aos emolumentos do Tribunal de Contas de cerca de 25 mil euros que, de acordo com a lei, têm que ser pagos pelo vendedor (pelo que este argumenta, com razão, que receberá menos 25 mil do valor total previsto, com a agravante de tal só se poder concretizar após os três meses da decisão do Tribunal de Contas); 2º Um imbróglío jurídico conseqüente dos inquilinos alegarem que o vendedor não lhes deu o direito de opção a que têm direito com base no contrato de arrendamento. Isto é, nesta circunstância o vendedor não sabe se o direito de opção do município se sobrepõe ao direito de opção dos inquilinos e, neste caso, mesmo que estes garantam que vão manter o teatro e apenas dar funções diferentes ao resto do espaço, nunca há a segurança absoluta para o município de que, entretanto, não irão abrir o capital a um empreendedor imobiliário que resolva dar ao espaço, posteriormente, uma distinta utilização (por exemplo, um hotel): – Daí a decisão de que esta seja uma luta até às últimas conseqüências legais da CMP, pois trata-se da defesa de um espaço que tem um enorme interesse histórico (é o teatro mais antigo do Porto naquele local), uma sala maravilhosa (a precisar de obras) e uma localização fantástica, que se pretende que se mantenha como um teatro comercial de boa qualidade, onde se possam realizar atividades próprias e ligadas com o Teatro Municipal.

José Manuel Mota Neves Costa

Agradeceu o convite e mencionou que a Fundação Manuel António da Mota, enquanto espaço de pequena dimensão na programação cultural, considera que o interesse da sua participação parte da tentativa de fazer um casamento com a vertente social que caracteriza a instituição e deve ser explorada. Isto é, a ligação da cultura com a educação e o apoio social.

Orfeu Bertolami

Agradeceu o convite e deixou a questão: Se a Faculdade de Ciências é o único representante que tem um cientista neste Conselho, seria desafiante tentar tornar o Porto num incontornável laboratório de criação cultural: – Se fazer ciência significa criar ciência, este Conselho será capaz de fazer a criação, artística e cultural no Porto se conseguir, também, ser independente de executivos e de políticas demasiado efémeras.

Guilherme Blanc

Informou que a alteração da designação da Direção Municipal da Cultura para Direção Municipal da Cultura e Ciência foi exatamente pela vontade de reconhecer a importância do conhecimento científico na criação artística. Portanto, concordamos que uma dimensão relevante para a criação contemporânea é que a arte não deve estar desligada da criação científica. Citou o exemplo do *Fórum do Futuro* como um dos terrenos em que tal é explorado, bem como de outras atribuições que a Direção Municipal da Cultura abrange, agora, com a inclusão do conhecimento científico nos projetos e políticas culturais, alguns ainda a testar modelos e resultados – por exemplo, o projeto de financiamento à criação contemporânea, com um valor global de 240 mil euros que corresponde a 16 bolsas de 15 mil euros a atribuir a entidades e agentes de todo o país que decidam escolher o Porto como território de criação (um programa com quatro linhas de financiamento: as artes visuais e a curadoria, a música também na sua dimensão de composição e investigação musical, nas artes performativas e programação e, por fim também a escrita, edição e ensaio crítico)

Rui Moreira

Informou que o *Criatório* é um projeto experimental que se poderá alastrar para a ciência, tal como o princípio alemão que vigorou antes da Guerra, em que a ciência e a pesquisa eram vistas como cultura.

António Manuel Rocha Moreira

Agradeceu o convite e elogiou o trabalho que a CMP está a desenvolver na promoção da cultura e no estímulo aos agentes culturais. Sugeriu a Cooperativa *Árvore* como equipamento fabuloso que deverá ser objeto de maior utilização com vista a atingir o relevo que a instituição e o Jardins do Horto das Virtudes merecem – como um modelo de sucesso referiu a parceria já efetuada com a FLUP.

Nuno Centeno

Após o agradecimento do convite e mencionou que o seu assunto visa abordar a comercialização nacional e internacional de obras de arte. Como exemplo apresentado, focou o caso do sucesso das inaugurações da Rua Miguel Bombarda, uma modalidade da cultura que deve ser melhorada e expandida para um formato que se assemelhe mais a um “gallery weekend” ou um “gallery opening”, para não privilegiar apenas uma rua, mas a cidade de uma forma generalizada. Referiu que Bombarda já atraiu mais público, mas que a rua está a tornar-se pequena, não há condições para abrirem mais galerias, as rendas estão muito elevadas, os espaços estão monopolizados pelas mesmas pessoas, os turistas que chegam à rua com os mapas do “quarteirão das artes” ficam defraudados, pois não existem mais do que seis galerias e algumas lojas que vendem coisas relacionadas com arte. Neste sentido, sugere o mapeamento do quarteirão como uma questão central porque a certa altura, temos centenas de pessoas na rua, mas o evento é local e privilegia apenas alguns: – Quem pretender ter uma área maior não consegue porque não existem espaços maiores. Propôs o modelo globalizado “gallery weekend” que existe em Viena e em todo o mundo, dado que funciona muito bem, o qual corresponde a um ou dois dias em que toda a gente inaugura ou abre os seus espaços e nós temos locais desde Campanhã (o Espaço Mira) a perto do rio (com o Kubik ou o do Pedro Oliveira) e outros que poderíamos dinamizar, para obrigar a pensar, a descobrir e a sentir as cidades de forma diferente. O exemplo atual do Mota Galiza corresponde às lojas abandonadas que estão a acolher vários artistas que resolveram mudar para ali os seus estúdios e residências: – É algo interessante, pois permite criar um fluxo muito maior e expandir a Rua Miguel Bombarda desde o centro da cidade até à Casa da Música, Serralves e terminar na praia.

Considerou que o investimento que é feito para o apoio às inaugurações de Miguel Bombarda com mupis e pequena divulgação será o suficiente para promover o evento: – Eventualmente num modelo de uma feira de arte contemporânea como o que acontece em Lisboa, com a Arco, cujo comité de seleção de galerias integro. Também referiu que poderia ser interessante, no futuro, pensar numa feira de arte internacional, de arte contemporânea, pois atrai, move pessoas e dinamiza a cidade.

Rui Moreira

Sobre as galerias, esclareceu que as pessoas foram para Bombarda porque os espaços eram baratos: – As galerias tornam os locais aprazíveis que depois são cobizados por atividades económicas Bombarda foi muito

importante na altura, mas concorda que está, hoje, longe desse sucesso. Mas aliado a tal, também o mercado da arte teve uma crise profunda em Portugal e no Porto. Outro problema é que nunca se conseguiu que o MNSR fosse um canal para ligar aquela parte da cidade que é tão confinada. De facto, não há muitas galerias acho que o futuro Executivo deve pensar numa estratégia nova para as promover, do mesmo modo que alterámos as diversões de rua que, mais do que promover, atrapalhavam as vendas dos galeristas e do comércio tradicional. Concordo com a sugestão de que, no futuro Executivo, se poderá pensar no mapeamento e na promoção de um mapa, como se fez para a arte pública.

Alexandra Balona

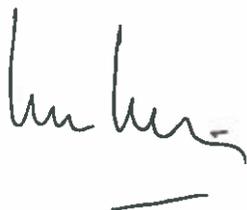
Congratulou o trabalho feito e a conquista da confiança dos artistas da sociedade civil que também pretendem que o Porto se afirme como uma cidade turística, sem descurar a construção cultural e intelectual e posicionando-a nacional e internacionalmente, com o contributo do Conselho.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião.

Redigido aos 25 dias do mês de março de 2019 por
Departamento Municipal e Gestão Cultural

 , Diretora do

O Presidente de Câmara



Anexo I – Texto da tomada de posse do Conselho Municipal da Cultura

Aos vinte cinco dias no mês de julho de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas, nesta cidade do Porto e edifício dos Paços do Concelho compareceram, perante o senhor presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, a fim de serem empossados como membros do Conselho Municipal de Cultura do Porto, nos termos do disposto no artigo 3.º do Regulamento do Conselho aprovado por proposta do executivo municipal de 27 de junho de 2017:

O presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui de Carvalho de Araújo Moreira; o Diretor Municipal de Cultura e Ciência, Mónica Guerreiro; o representante da Academia Contemporânea do Espetáculo / Teatro do Bolhão, Pedro Aparício; o representante da Árvore Cooperativa de Atividades Artísticas António Manuel Rocha Moreira; o representante do Balletatro Escola Profissional, Manuela Barros; o representante da Casa da Música, António Jorge Pacheco; o representante do Coliseu Porto, Eduardo Paz Barroso; o representante do Conservatório de Música do Porto, António Moreira Jorge; o representante da Direção Regional de Cultura do Norte, António da Ponte; o representante da Escola Artística Soares dos Reis, Susana Afonso; o representante da Escola das Artes da Universidade Católica, Laura Castro; o representante da Escola Superior Artística do Porto, Eduarda Neves; o representante da Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo, António Augusto Aguiar; o representante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Carlos Guimarães; o representante da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, José Carlos Paiva; o representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto Orfeu Bertolami; o representante da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Fernanda Ribeiro; o representante da Fundação de Serralves, Ana Pinho; o representante da Fundação Manuel António da Mota, José Manuel Mota Neves Costa; o representante da Santa Casa da Misericórdia do Porto, António Tavares; o representante do Teatro Nacional São João, Francisca Carneiro Fernandes, representada neste ato por Sandra Martins; o representante do Teatro de Marionetas do Porto, Isabel Barros.

Os representantes designados pelo senhor presidente da Câmara Municipal nos termos do artigo 3.º, n.º 1 do respetivo regulamento do Conselho Municipal da Cultura do Porto, a saber: Alexandra Balona de Oliveira, Alexandre Alves Costa, Ana Luísa Amaral, Catarina Miranda, Daniel Pires, Gabriela Vaz-Pinheiro, Gonçalo Amorim, Joaquim Moreno, Joel Cleto, Luísa Sequeira, Manuela Matos Monteiro, Miguel Guedes, Nuno Centeno, Paulo Vinhas, Regina Guimarães, Rui Lage, Susana Ralha, Vânia Rodrigues. Manifestaram a sua impossibilidade de comparência Carla Miranda e Manuel Cruz. A tomada de posse dos membros não presentes neste ato de instalação ocorrerá na reunião subsequente a que compareçam. Para os fins convenientes, históricos e probatórios se lavrou a presente ata que depois de lida em voz alta vai ser assinada por todos os que através dela tomaram posse e que o senhor presidente da Câmara Municipal do Porto Rui de Carvalho, Araújo Moreira que dirigiu, subscreveu e assinou, assim tomando posse.